

# Cultura

QUARTA-FEIRA • 28 DE JUNHO DE 2023

## Diário do Minho

ESTE SUPLEMENTO FAZ PARTE DA EDIÇÃO N.º 33583  
DE 28 DE JUNHO DE 2023, DO JORNAL DIÁRIO DO MINHO,  
NÃO PODENDO SER VENDIDO SEPARADAMENTE



Grupo Folclórico  
Dr. Gonçalo Sampaio  
PATRÍCIA FERREIRA



Por  
JOÃO PAULO BRAGA

UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA  
– CEFH

jpbraga171070@gmail.com

(...) Camilo faz referências à Senhora de Antime, onde, bem à moda do Minho, a romaria era grande em devoção, em diversão e em pancadaria. O escritor aproveita para deixar algumas notas etnográficas e históricas acerca da Senhora de Antime, realçando o peso extraordinário da imagem e do andar. Devoção e violência; amores e ódios, tudo se misturava nessa como em todas as romarias do Minho.

# “A celebrada romaria da Senhora de Antime”

Numa das suas crónicas bem salpicadas de sátira e humor, Camilo desmancha o velho e estafado cliché do Minho como lugar e gente de encantos poéticos e bucólicos, radiografando os aspetos mais prosaicos e grotescos que observava no ambiente para onde viera morar em 1864. Neste texto, que faz parte da publicação periódica *Ecos humorísticos do Minho*, constituída por crónicas enviadas ao jornal brasileiro “O Cruzeiro”, principia o autor por dar mais uma das suas alfinetadas à Academia Real das Ciências:

Da poesia dos livros derivemos à poesia do Minho. Nestes seis meses de inverno é tão difícil achar poesia no Minho como na Academia Real das Ciências. Se há cousa daqui que possa comparar-se, no colorido e na forma, aos partos intelectuais das academias, são as abóboras, que amarelecem nas varandas dos lavradores. Eu não uso alimentar-me das abóboras académicas nem das minhotas. Sofro enfartes de estômago e opilações de inteligência; mas não é disso.

*Ecos humorísticos do Minho*, n.º3. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1880, p. 24.

Em seguida, continuando na clave satírica apropriada ao título da publicação, lamenta (*O tempora, o mores!*) a degenerescência das romarias do Minho e, qual sociólogo, vai à etiologia do problema, encontrando uma correlação entre devoção religiosa e... vinho:

As romarias desta região mais idólatra da Europa vão decaindo. Anos de pouco vinho, por via de regra, são anos de pouca devoção. As almas enchiam-se de fé, ao passo que as pipas se enchiam de ar. Afinal, os devotos mutuavam-se grossa panca daria, no auge da contrição, para mutuamente se castigarem do pecado da



SRA. ANTIME

bebedeira. Assim que o bicho entrou pela videira, o pulgão afistulou-se nas convicções do calendário. Entraram os povos a duvidar dos santos taumaturgos, e inclinar-se mais para as drogas dos boticários; e houve aí incrédulo que recorreu às papas de linhaça no pescoço antes de se apegar com S. Brás, e as pílulas de família estão fazendo vantajosa oposição aos exorcismos. Tudo isto por falta de vinho. Pergunta-se a um lavrador se não vai à romaria de Santo Amaro ou Santa Luzia. Responde que deve á santa advogada da vista uma promessa;

mas que não se pode ir a romagens em quanto o vinho estiver a dezasseis vinténs a canada. Eis a fé... na canada.

*Ibidem*, p. 24-25.

Prossegue, à maneira horaciana de *laudator temporis acti*, com os louvores do passado, em contraste com o presente desolador. Não foi só a fé que secou. Onde está a tão apregoada beleza das sécias moças do Minho? E os mocetões rijos, que é deles?

Fui ver passar os ranchos dos romeiros à abra dum rio

cortado por um pontilhão e represas de azenhas dum alegre bucolismo. Que tristeza! As mulheres sem a mínima caracterização aldeã, exceto as pernas gretadas e sujas. Vestiam jaqués e saias de chita escorridas nos quadris angulosos. Já não têm as velhas ancas roliças nem as sete saias que lhes boleavam os encontros. A falta do vinho.

Todas tristes como a Maria Parda do Gil Vicente, a prantear-se nas tabernas de Alfama:

Eu só quero prantear  
Este mal que a muitos toca,  
Que estou já como minhoca  
Que puseram a secar.

Secas estão de todo estas chorudas moças do Minho, que o leitor talvez deixou a escumarem saúde, ádipo e júbilo por todos os poros da sua epiderme rosada! Nos homens, uma sonolência estúpida, cabisbaixos, sem o garbo do alentejano nem o aprumo rijo do beirão.

*Ibidem*, p. 24-25.

E onde para a proverbial alegria das gentes minhotas, tão dadas aos folguedos, à música e ao bailarico? Camilo aponta o dedo às bandas de música, que, segundo ele, destruíram a espontaneidade musical do povo, nas suas manifestações simples e autênticas. A requinta, a viola, a rebecca foram destronadas por “serpentes de metal oxidado”:

*Depois, acabaram as chulatas, as rondas, as estúrdias, em que as requintas e os clarinetes guinchavam uns assobios estridentes, que punham ecos alegres nas colinas e tiravam dos peitos das crianças gritos de júbilo. As bandas musicais mataram as chulas. O tangedor de viola apenas exercita o seu talento à porta da taberna, em dias santos, regougando umas velhas trovas*

*roucas que já foram por essas silenciosas casas a alegria das moças que hoje, velhas e idiotas, mastigam o terço nos lajedos das igrejas húmidas e fétidas. O tocador de rabeça, sentindo em si uma faísca do génio de Paganini, vai alistar-se na banda musical, que ele chama a equestra, para injuriosamente lhe não chamar orquestra.*

Como estas bandas têm libré — casaco azul com gola e canhões vermelhos, quépi e calça branca espipada, este engodo com doze vinténs de música bem bufada por serpentes de metal oxidado, têm dado cabo daquelas ruidosas, festivas e nacionalíssimas chulas da nossa infância.

*Ibidem*, p. 26.

Nem o bombo escapou! E os Zês Pr'reiras, para nós tão pitorescos, foram, para Camilo, o início da morte dos bombos, cujo rufar alegrava as alvoradas de festas de aldeia, pondo, como por magia, rapazes e raparigas a dançar, inflamados de apetites inocentemente eróticos!

*O bombo, que começou a morrer desde que por escárnio o crismaram em Zé-P'reira, é já raro ouvir-se nas alvoradas de verão festejando os mordomos das festas, e rolando ao longe os rufos das suas caixas nas quebradas sonoras dos montes. Isto fazia uma alegria incomparável; chamava os corações*

*que estremeciam alvoroçados, havia muito amor naqueles dias de festa, as moças saltavam dos combros aos caminhos suspensas na roda das saias; os rapazes esperavam-nas zangarriando nos cavaquinhos, e lá iam de rancho, num saracoteio de nalgas tão inocente como as estátuas nuas, e com mais alguma sensibilidade que elas, quando as beliscavam nas polpas. Polpas, inocência, bombo, cavaquinho, tudo passou.*

*Ibidem*, p. 26-27.

Até aqui, Camilo. O mesmo Camilo que, em 1864, no *Amor de Salvação*, tecia loas ao Minho, apelidando-o de “perpétuo jardim do mundo” e enaltecendo a devoção pura das suas gentes, entoada em cantilenas ao Menino Jesus, na véspera de Natal. Temperamento instável, de extremos, quem conhece Camilo sabe que o belo e o grotesco, o riso e as lágrimas, a alma e a lama coabitam nas suas páginas. Por outro lado, não esqueçamos que os longos anos de Seide deram ao autor das *Novelas do Minho* um conhecimento profundo da vida nas aldeias minhotas. Conhecendo por dentro a região, Camilo pôde confirmar como muitas vezes não passavam de vãos estereótipos de poetas bucólicos e de paisagistas românticos as imagens idealizadas desse “perpétuo jardim”. Leia-se o que ele diz na dedicatória da novela

“O Comendador” a D. António da Costa ou que escreve no texto “A inocência das aldeias”, integrado no volume de miscelânea *Mosaico e Silva*. A própria evolução das ideias literárias, com a progressiva afirmação do realismo, terá contribuído para uma visão mais crua e mais realista deste meio, tal como se manifesta já em algumas das *Novelas do Minho* e se evidencia em *Eusébio Macário, A Corja, A Brasileira de Prazins*.

Apesar de todas as perdas lamentadas por Camilo, e de muitas outras ao longo dos tempos, as romarias do Minho preservam ainda, em pleno século XXI, aspetos bem pitorescos e tradições populares muito antigas. Os foguetes, os bombos, os bailaricos, a música, mais pimba ou menos pimba, continuam a salpicar o verde da paisagem minhota com cores garridas, sobretudo quando chega o verão, época em que, à volta de cada igreja ou ermida, não há fim de semana sem romaria, com a secular mistura de fé e folia.

Mantém-se, efetivamente, bem viva nas nossas romarias essa tradicional ausência de fronteiras entre o sagrado e o profano, tão típica dos festejos populares. As festas da Senhora de Antime, em Fafe, não poderiam ser exceção.

Leia-se este apontamento de Camilo:

*As mais memorandas façanhas dos Vieiras tinham o seu*



FESTAS DE FAFE

*teatro na celebrada romaria da Senhora de Antime. Ai apareciam os três campeadores mascarados, como era d'uso em mancebos de famílias de alto porte. As máscaras afiavam as chanças doutros chibantes, e deste gracejar de mau agouro procedia o partirem-se as caras por debaixo das máscaras, como se as não quisessem para outro mister, ou as sacrificassem à padroeira da romagem, como os índios se estiram sob as rodas das carroças dos seus ídolos.*

*Memórias do cárcere*. Lisboa: Imprensa nacional, 2020, p. 23-24.

O trecho pertence ao “Discurso preliminar” das *Memórias do Cárcere* - extraordinário livro, em que o autor do *Amor de Perdição* regista as suas memórias de cerca de um ano de reclusão nas Cadeias da Relação do Porto, consequência do processo por adultério que contra a esposa infiel, Ana Plácido e ele, seu amante, movera Pinheiro Alves, o marido traído. Nessa

introdução, evoca Camilo os meses em que andou foragido pelo norte do país. Na altura, verão de 1860, bem lhe valeram os ilustres amigos minhotos Francisco Martins Sarmento e José Cardoso Vieira de Castro. Este, que era como um irmão para Camilo, a quem conhecera no Porto por volta de 1857, acolhera-o na sua quinta do Ermo, na freguesia de S. Vicente de Paços, Fafe.

Eis a memorável forma como o romancista evoca a receção hospedeira do amigo, de braços... e boca aberta:

*Fui de Santo António das Taipas para as cercanias de Fafe, quinta do Ermo, onde me esperava, com os braços abertos e o coração no sorriso, José Cardoso Vieira de Castro. Falseei a verdade. Vieira de Castro esperava-me a dormir, naquela madrugada dele, que era meio-dia no meu relógio.*

*Memórias do cárcere*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020, p. 21.



QUINTA DO ERMO



ECOS HUMORÍSTICOS DO MINHO



MEMÓRIAS DO CARCERE

E é nesse contexto que o escritor faz aquela referência há pouco citada à Senhora de Antime, onde, bem à moda do Minho, a romaria era grande em devoção, em diversão e em pancadaria. Neste capítulo, os Vieiras, segundo o escritor, eram exímios.

Camilo aproveita para deixar algumas notas etnográficas e históricas acerca da Senhora de Antime, realçando o peso extraordinário da imagem e do andor. Devoção e violência; amores e ódios, tudo se misturava nessa como em todas as romarias do Minho:

A Senhora de Antime é de pedra, e pesa com a charola vinte e quatro arrobas. Os mais possantes moços da freguesia pegam ao banzo do andor. Aconteceu, anos há, ser um dos que puseram ombro ao andor malvisto dos outros, e de um principalmente. Ao

dobrar duma esquina o moço odiado sentiu-se vergar sob as vinte e quatro arrobas de pedra, e morreu instantaneamente esmagado. O principal inimigo do morto foi logo conhecido, e varado por uma choupada, que lhe fez espirrar o sangue e a vida à charola da imagem. Tirem disto a limpeza de consciência e religiosidade daqueles sujeitos, que ali vão dar testemunho de seu fervor, com a Senhora de pedra aos ombros! Nesta romagem é que os Vieiras, em diferentes anos, quando moços, escreveram com o pau a sua crônica imorredoura.

*Ibidem*, p. 24.

O romancista terá tido conhecimento destes pormenores, incluindo o caso trágico narrado, na ocasião em que foi hóspede de Vieira de Castro. É possível, até, que tenha assistido à procissão da Senhora de Antime. Mas também é provável que, além ou em vez disso, tenha lido o texto de José Joaquim Pereira Caldas (1818-1903), publicista fecundo e prestigiado professor do liceu de Braga, inserido no *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, em 1858.

O autor do artigo, que, aliás, viria a ter relações de amizade (e inimizade...) bibliófila com Camilo, depois de informar que a romaria da Senhora de Antime, também conhecida por Senhora do Sol ou Senhora da Misericórdia, devido à intercessão que o povo nela encontra para as faltas de sol ou de chuva, é a maior do concelho de Fafe e uma das maiores do Minho. Descreve, depois, a imagem venerada, diferindo de Camilo na indicação do peso: oito arrobas, a que se somam outras tantas de peso do andor, conhecido como “charola”. A imagem é feita de granito metamórfico, com braços postigos, sem pés nem pernas.

O erudito professor conta a lenda da Senhora de Antime, nestes termos:

*Dá a tradição por aparecer esta imagem no Monte de S. Jorge, entre Fafe e Cepães, e entre a freguesia de Antime igualmente; monte duma boa légua de comprido e meia légua de largo, onde abundam grandes pedreiras de pedra fina (grani-*

*tos metamórficos especialmente), de envolta com granitos efusivos duríssimos, entre os quais aparecem às vezes belos granitos porfiróides; granitos explorados todos incessantemente, e os metamórficos sobre tudo, para as construções nas convizinhas de Fafe em redondo, até uma boa légua às vezes. Também neste mesmo monte «de S. Jorge Magno», venera o povo o penedo da pegadinha, em comemoração da crença que tem, das pegadinhas que no dito penedo deixara impressas o jumentinho da Senhora, indo ela uma vez a cavalo por estes sítios.*

*Almanaque de lembranças luso-brasileiro para o ano de 1859.* Lisboa: Imprensa nacional, 1858, p. 274.

Daí que, todos os anos, no início de julho, se faça a romaria de Nossa Senhora de Antime integrada, hoje, nas festas da concelho de Fafe. Depois da eucaristia, sai a procissão, com dez homens a pegar ao pesado andor de Nossa Senhora da Misericórdia. Junto à Ponte de S. José, dá-se o encontro entre a imagem de Nossa Senhora de Antime e a imagem de Nossa Senhora das Dores. A Senhora é, então, levada para a Igreja Nova de S. José. Aí fica até às 18:00 horas, regressando a Antime.

Segundo o artigo de Pereira Caldas, as cerimônias religiosas da festa no século XIX não eram muito diferentes das atuais:

*Celebra-se a função da SENHORA DE ANTIME, com vésperas, no 2.º domingo de julho, na sua freguesia reitoral de Santa Maria do mesmo nome, a um quarto de légua para o sul da vila de Fafe; fazendo-se pela manhã o aniversário das almas, com seu sermão apropriado à festa. No domingo de manhã, pela volta das 10 horas, sai de Antime para a igreja de Fafe a procissão da SENHORA, fazendo-se então nesta igreja matriz exposição do Sacramento, com sua missa cantada, e o competente sermão, e pela volta das 3 horas da tarde regressa para a respetiva freguesia, no meio de numerosíssimo concurso deromeiros, como na saída de Antime para Fafe.*

*Ibidem*, p. 274-275.

Noutros tempos, ainda mais animada, mais ruidosa e mais vistosa era a festança:

*Era outrora ainda mais galhofeira do que hoje, esta romagem de Antime: chegava quase a delírio o afervorado das salvas da companhia de mosqueteiros da procissão, não só na saída e na volta dela, mas sobre tudo no acometimento de um castelo fictício, de propósito erigido para dar mais realce à função e para a tornar mais estrepitosa; o castelo afinal tomado era abrasado em chamas pelos mesmos mosqueteiros, depois de fingido um aparatoso conflito de sitiante e sitiados, e vencido a final o Rei mouro acastelado.*

*Dá a tradição por origem desta fingida peleja, muito vitorizada dosromeiros em chusma, a comemoração de antigos feitos dos povos da localidade na expulsão dos mouros, quando era senhor e povoador de Fafe, nos primeiros tempos de nossa independência, D. Egas Fafes, filho aguerrido do aguerrido D. Fafes Luz, alferes do Conde D. Henrique, primitivo tronco genealógico da nossa dinastia afonsina.*

*Ibidem*, p. 275.

E lá vêm os pormenores sobre os frequentes desastres de ficarem esmagados sob a pesada charola da Senhora os mancebos que a carregavam. E como é que, mesmo assim, eram sempre tantos os chamados e poucos os escolhidos para essa função? É que, segundo a tradição, pegar ao andor da Senhora de Antime era certeza de boa sorte no casamento...

*No meio das folias e extravagâncias da romaria, têm ficado algumas vezes esmagados alguns dos condutores da charola debaixo do seu excessivo peso. Costumam ser 16 em geral, para pegarem revezados aos oito braços, ou banzos da dita charola da Senhora, os valentões da procissão, valentões que se oferecem com antecipação de um ou dois anos às vezes, e que não conseguem esta graça especial dos mesários da Senhora, senão a poder de súplicas, empenhos e solicitações. Não é todavia a mera ostentação de forças e de robustez de corpo a que assim faz deprecar a graça de carregar*

*com os banzos da charola aos ombros: e especialmente por que têm para si os mancebos da localidade (Fafe e Antime sobretudo) não serem bem sucedidos nos seus casamentos, se não pegarem primeiro ao andor da Senhora. Nessa ocasião, para eles da maior expansão de coração juvenil, costumam colocar esses mancebos dos banzos os seus ramos de perpétuas na charola, aos quais se dá o nome sacramental de pinhas da Senhora de Antime.*

*Ibidem*, p. 275.

José Augusto Vieira, no seu inevitável *Minho Pitoresco*, mais não faz do que glosar os tópicos do peso da imagem e do andor, dos rapazes que pegam e suas motivações... e desgraças.

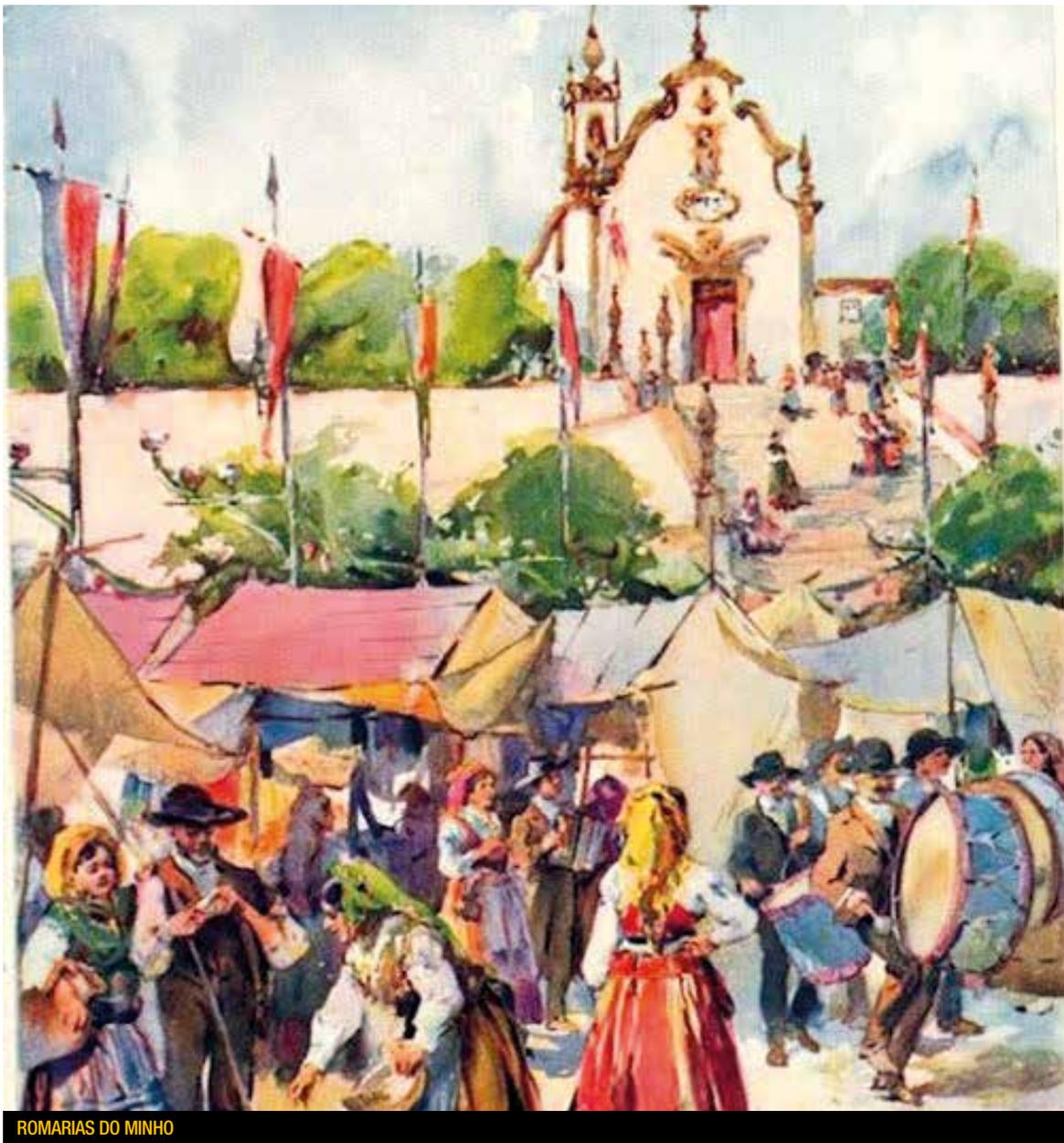
(...) *A padroeira de Antime, de bom granito metamórfico, orça pelas suas oito arrobas, afora o andor também de pedra que pesa outras tantas, pouco mais ou menos! Um doce fardo ainda assim para os oito valentes rapagões, que a conduzem, esperançados em que, tendo sido os condutores da santa, serão bem sucedidos mais tarde na vida matrimonial!*

*Dir-se-ia que é uma experiência para avaliar do fardo pesado do casamento! E tanto mais, que apesar da sua valentia, por vezes tem acontecido ficar algum esmagado debaixo do andor e da imagem!*

O *Minho pitoresco*, vol I. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira – editor, 1886, p. 572.

O autor enumera as cerimônias religiosas e realça a grandiosidade do arraial.

É no 2.º domingo de julho, leitor caro, que esse festival de confraternidade ocupa as duas freguesias. Logo de manhã se celebra missa e sermão na igreja paroquial de Antime, vindo depois a Senhora em procissão pela ponte velha até ao largo de Portugal, onde Fafe a vem condignamente receber, e onde processionalmente a vem entregar à tarde, depois de lhe haver cantado outra missa e pregado outro sermão. Este segundo encontro marca a hora fastigiosa do grande arraial, que aí se forma, e onde o leitor pode encontrar gente de todas estas



ROMARIAS DO MINHO

redondezas, sobre que a sua vista se espalha neste momento. *Ibidem.*

Outra referência obrigatória nestes assuntos de história local é o *Portugal Antigo e Moderno*. O autor, Pinho Leal, outro amigo de Camilo, a quem forneceu subsídios históricos para a composição de várias narrativas, começa por se referir, inevitavelmente, ao peso da imagem da Senhora de Antime e respetiva charola. E logo aqui se nota uma aproximação ao cálculo apresentado pelo autor das *Memórias do Cárcere*, o total de 24 arrobas:

A imagem é de pedra, e com a charola pesa 24 arrobas! Outros dizem que a senhora pesa 8 arrobas, e o andor, que também é de pedra (!) outras oito. Levam-na na procissão os maiores valentões da freguesia. *Portugal antigo e moderno*, vol. III. Lisboa: Livraria Editora

de Matos Moreira & Companhia, 1874, p. 132.

Nota-se também que Pinho Leal foi beber na mesma fonte em que se terá baseado Camilo: o texto do professor Pereira Caldas, evidente no que toca à descrição da singularidade da imagem de Nossa Senhora, aos requisitos para pegar ao andor e consequências habituais:

À imagem da Senhora é de granito metamórfico, com braços postiços e sem pernas nem pés, nem feitio algum de gente, além da cara. São 8 rapagões que levam a charola e a Senhora, mas vão outros oito para os revezar. Apesar da sua valentia, por várias vezes têm alguns ficado esmagados debaixo da imagem; mas, mesmo assim, há grandes empenhos para levarem a charola, porque têm fé de serem bem sucedidos, nos seus casamentos, se tiverem sido condutores da santa. *Ibidem.*

Vem, depois, o tal episódio sangrento que Camilo relata:

Já dos nossos dias, um dos que ajudava a levar a Senhora, andava picado com outros dos condutores, e ao dobrarem uma: esquina, tal jeito deu, que o andor caindo, sobre o seu inimigo, o matou logo, ficando: esmagado; mas esta morte foi imediatamente vingada por um terceiro, que deu no tal-amigo uma choupada, matando-o imediatamente e ficando a santa e a charola cheios de sangue! *Ibidem.*

Camilo conhecia bem Fafe, tal como se reflete na sua produção literária, desde logo nos títulos em que surge o topónimo: *Mistérios de Fafe*, *O Morgado de Fafe em Lisboa* (e sua sequela, *O Morgado de Fafe Amoroso*). Voltando às *Memórias do Cárcere*, o autor apresenta alguns ilustres fafenses

com quem conviveu na então vila de Fafe, naquela ocasião em que se acoitara em casa de Vieira de Castro:

Algumas vezes fui à vila de Fafe, cujos cavalheiros conheci no botequim da terra, estabelecimento indeciso entre o modesto e o sujo. Os cavalheiros alternavam as suas horas de ócio com o dominó e a sueca. Conheci aí o senhor José Maria Peixoto, moço de prestantes dotes, que exercia a administração do concelho, e o senhor Joaquim Ferreira de Melo, antigo e consecutivo deputado às cortes, e sujeito de muitos serviços à liberdade. Penso que já é falecido o prior de Fafe, grande latinista, e discreto em castíssima linguagem portuguesa. As suas práticas eram floreadas de lusitanismos, que, a meu ver, lhe não seriam mais entendidos dos paroquianos que os hieroglíficos de Mênfis.

*Memórias do cárcere*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020, p. 27.

Quanto a José Maria Peixoto, viria a ser deputado, tornando-se colega de Alberto Pimentel, outro nome obrigatório quando o assunto é Camilo. Ora, precisamente na biografia *O Romance do Romancista*, publicada logo no ano em que o biografado morreu, 1890, Alberto Pimentel insere um testemunho do seu colega parlamentar, que muito vem a propósito do nosso tema:

O Sr. José Maria Peixoto, atualmente meu colega na câmara dos deputados, conviveu muito em Fafe com Camilo Castelo Branco, que o cita com louvor no prefácio das MEMÓRIAS DO CÁRCERE.

Aquele cavalheiro escreveu-me uma carta, que me autorizou a publicar, e na qual me diz: “Quando Camilo Castelo Branco, esteve na Quinta do Ermo, situada na freguesia de S. Vicente de Passos, do concelho de Fafe, e que era propriedade do desditoso José Cardoso Vieira de Castro, de quem fui um dedicado amigo, convivíamos todos na maior intimidade. E quantas vezes, meu caro Alberto, ele nos falava da sua querida filha, que tinha a educar no Porto, creio que no colégio de

S. Bento, evidenciando estas conversações todo o seu amor paternal e uma grande afeição própria dum coração de pai !,,

*O Romance do romancista*. Lisboa: Empresa Editora de F. Pastor, 1890, p. 106.

Como se sabe, a “querida filha” é Bernardina Amélia, fruto natural dos amores juvenis de Camilo com Patrícia Emília de Barros, de Vila Real. O pai fizera-a educanda da freira Isabel Cândida Vaz Mourão, no mosteiro de São Bento da Ave-Maria, no Porto, desde 1854. Tinha 12 anos, quando Camilo andou por Fafe nesta fase angustiosa da sua vida.

E quanto ao anfitrião de Camilo em Fafe, José Cardoso Vieira de Castro?

Foi anfitrião de Camilo e foi Anfitrião numa tragédia de grande brado no século XIX. Tribuna de nomeada, viajou para o Brasil a fim de vender os seus *Discursos Parlamentares*. De lá regressa casado com Claudina Guimarães, de dezoito anos.

Pois bem, José Maria de Almeida Garrett (sobrinho do preclaro escritor), qual Júpiter disfarçado de Anfitrião, frequentou a residência do casal, na Rua das Flores, em Lisboa, e seduziu Claudina. Surpreendida pelo marido, foi por este assassinada, no dia 7 de maio de 1870. Vieira de Castro foi condenado a 10 anos de degredo em Angola, onde morreu em 1871. Camilo defendeu o amigo em vários dos seus textos, retribuindo o que Vieira de Castro fizera aquando do processo de adultério com Ana Plácido.

O infeliz José Cardoso Vieira de Castro não terá tido o privilégio, em novo, de pegar ao andor da Senhora de Antime...



VIEIRA DE CASTRO E ESPOSA



Por  
RUI MANUEL MARINHO  
RODRIGUES MAIA

Licenciado em História, mestre em Património e Turismo Cultural pela Universidade do Minho - Investigador em Património Industrial.

**O incremento exponencial do número de devotos e do fervor em torno de Nossa Senhora do Alívio estimularam a construção de um templo maior. No dia 25 de julho de 1872 o lançamento e a bênção da primeira pedra foram presididos pelo Arcebispo Primaz, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, acompanhado de alguns membros do Cabido.**

## Santuário de Nossa Senhora do Alívio (Soutelo – Vila Verde) Obra de Arte da arquitetura religiosa



Localizado na freguesia de Soutelo, concelho de Vila Verde, distrito de Braga, o Santuário de Nossa Senhora do Alívio é mais do que um espaço religioso, ele transforma o ambiente que o rodeia num verdadeiro ex-libris regional.

Em 1798, o pároco local – o Padre Xavier Fráguas – ordenou a primeira construção do Santuário em agradecimento à Virgem, por esta o ter salvo de uma doença que o assolava. No ano de 1794, escreveu ao Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão, solicitando-lhe licença para construir no lugar da Gândara uma Capela em louvor de Maria Santíssima, legando património suficiente para a sua execução e manutenção. Inicialmente, o seu pedido não foi atendido, porém, insistiu com o Arcebispo, referindo que a Capela seria devotada a Nossa Senhora do Alívio. No dia 18 de agosto desse mesmo ano, D. Frei Caetano Brandão, autoriza a construção da referida Capela. O Padre Xavier tratou imediatamente de dar início aos trabalhos de construção e, no dia 18 de junho de 1798, comunica ao Arcebispo que a mesma se encontra concluída, pedindo

a sua bênção. A cerimónia da sagração da Capela de Nossa Senhora do Alívio ocorreu no dia 7 de setembro desse mesmo ano. Em Soutelo o dia foi de uma grandiosa festa, contando com a presença de diversas personalidades eclesíásticas e civis e de uma imensidão de povo. A imagem da padroeira foi transportada em procissão desde a Igreja Matriz de Soutelo até ao lugar da Gândara, acompanhada por doze Anjos e doze Apóstolos. O incremento exponencial do número de devotos e do fervor em torno de Nossa Senhora do Alívio estimularam a construção de um templo maior. No dia 25 de julho de 1872 o lançamento e a bênção da primeira pedra foram presididos pelo Arcebispo Primaz, D. José Joaquim de Azevedo e Moura, acompanhado de alguns membros do Cabido. Ao longo dos tempos o Santuário foi sofrendo diversas modificações, algumas delas ao abrigo do novo projeto arquitetónico. Até 1930, deu-se por concluída a frontaria e as respetivas torres, bem como a nave central. Em 1944, a Confraria encarregou o arquiteto bracarense - José Vilaça - de elaborar um plano

geral de conclusão do Santuário, que contemplava a execução do lanternim, das Capelas laterais, do transepto, da Capela-Mor, da Sacristia e do deambulatório para a circulação dos peregrinos. A Igreja é ladeada por duas torres sineiras, possui um frontão triangular encimado pela imagem da Virgem com o Menino e cabeceira poligonal rodeada pela casa das estampas, casa de sessões e Sacristia. O interior, muito singelo, caracteriza-se por planta em cruz latina, nave única bastante longa, com cobertura em abóbada de berço - caracterizando-se, também, pela presença de seis pilares, entre os quais se abrem grandes janelões que suportam os arcos e que estruturam o teto. O coro alto encontra-se sobre um arco abatido com balaustrada de pedra. As pias de água benta são em mármore e o Cruzeiro, com cobertura em cúpula, possui janelas vitrais. A Capela-Mor possui cobertura em abóbada - o Cruzeiro é estruturado por quatro arcos plenos sobre pilastras toscanas, emolduradas e com almofadas, possui brasão na pedra de fecho. O transepto, com comunicação por portas em arco quebrado, é iluminado por

rosáceas com vitrais onde se integram dois pequenos retábulos de talha. Hodiernamente, as obras de beneficiação do Santuário de Nossa Senhora do Alívio ainda prosseguem. No Alívio há uma lenda sobremaneira curiosa, que tem que ver com cobras. Rezando a mesma que, em 1818, um português emigrado no Brasil, que se encontrava a cortar madeira e se sentiu cansado, sentou-se naquilo que pensava ser um tronco, mas que, na verdade, era uma jiboia que não tardou a reagir. Apavorado, rogou a Nossa Senhora do Alívio para que o auxiliasse a vencer o bicho e, apenas com a faca de mato que o acompanhava, logrou o seu desejo. Em agradecimento, enviou a pele da jiboia para o Santuário do Alívio. Desde então, o Santuário recebe peles de cobra enviadas por portugueses na diáspora. O recurso a Nossa Senhora do Alívio foi particularmente intenso ao longo da Guerra do Ultramar, pelo que na casa das promessas podemos testemunhar a imensidão de graças obtidas por intercessão de Nossa Senhora do Alívio - entre as quais sobressaem as quatro peles de jiboias.



Por  
RICARDO SOARES  
(apetece.me.escrever  
@gmail.com)

## Apetece-me Escrever... Quadras de São João



**Infelizmente já não há o hábito de representar as cascatas nas ruas e montras, uma tradição que retrata, em miniatura, hábitos e tradições de outros tempos e locais desta cidade, com figuras em barro que descrevem actividades ou profissões de antigamente.**

Uma roulote de farturas é sinal de romaria. Atrilados brancos, com anúncios coloridos e luminosos a piscarem, anunciando com frequência que as melhores do mundo são servidas ali. Vendem farturas, mais os churros e outros semelhantes, mas também bebidas para acompanhar. Andam num vaivém constante durante todo o ano, percorrendo as festas populares do país. De Norte e Sul, do Interior ao Litoral.

Os vendedores, como os foliões, estão habituados à algazarra das festas, que costumam ter por banda sonora música ligeira popular, risos de crianças e roncões de geradores. São uma presença familiar e não será arriscado dizer que devem ser poucos os que nunca sentiram, pelo menos uma vez, o gosto de uma fartura quente, polvilhada com açúcar e canela.

O cheiro a manjerico já enche as ruas e as festas dos Santos Populares. Para rematar

a decoração das ruas e varandas, os tradicionais balões de São João, manjericos e outros, feitos em papel e em cores variadas, enfeitam as principais artérias da cidade. Outros, maiores, serão lançados na noite de 23 Junho, piscando no céu centenas de pontos de luz.

As igrejas também se enfeitam com os famosos altares em honra deste santo popular. Infelizmente já não há o hábito de representar as cascatas nas ruas e montras, uma tradição que retrata, em miniatura, hábitos e tradições de outros tempos e locais desta cidade, com figuras em barro que descrevem actividades ou profissões de antigamente. Aqui em minha casa, ano após ano, agora com os meus filhos, procedemos sempre à montagem da cascata de São João (com algumas discussões pelo meio devido às disposições dos bonequinhos), assim como as restantes decorações. Recordo também com nos-

talgia as tradições de outros tempos (caramba ainda sou muito novo para falar assim): a corrida dos sacos, a subida ao poste untado de sebo, saltar a fogueira, etc. Agora... olhem... deixo à vossa consideração e tirem as vossas próprias conclusões.

A esta hora que escrevo estou a sensivelmente 24h da noite de São João. Manjericos à janela, romaria nas ruas, brisa de sardinha assada a salpicar a festa, sinfonia de martelos a compor a folia do santo, alho-porro para protecção contra pragas e injevas, etc.

Também já se reúnem as quadras para colocar nos vasos dos manjericos, para enriquecer esta poesia popular, cujo tema esteja mais próximo das tradições sanjoaninas que comportam a beleza dos cravos vermelhos, o abrasamento das fogueiras, a aurora das raparigas e o estonteamento das paixões... e outras um pouco “apimentadas” e provocadoras.

Confesso, sendo esta a minha festa popular favorita, gosto de reunir tudo o que seja bibliografia sanjoanina. Também tenho por hábito e tradição reunir quadras que vou vendo publicadas aqui ou acolá, ano após ano.

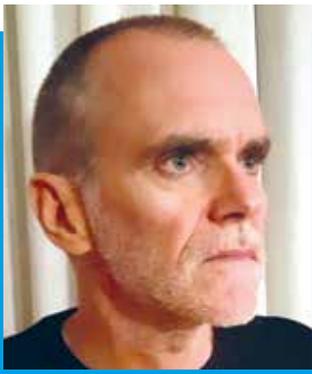
Deixo-vos apenas duas quadras que neste momento enfeitam a minha cascata sanjoanina:

*“Ó meu São João da Ponte  
A vossa Capela cheira  
A cravo, cheira à rosa  
Cheira à flor de laranja”*

*“A minha mulher é a brasa,  
Trevo, fogueira e balão!  
Sem ter de sair de casa  
Eu festejo o São João...”*

*Verba volant, scripta manent*

P.S.: Escrevi este texto na véspera da noite de São João



Por  
Miguel Amorim

Doutor em Filosofia/Investigador



## Do direito à representação (Naruse II)

1. *Os estúdios Shochiku não necessitam de um segundo Ozu:* na intrincada história da relação entre cineastas e produtores – ou, mais secamente, entre a “arte” e a indústria –, esta declaração do produtor Kido Shiro dirigida contra Naruse Mikio constitui um dos mais notáveis lapsos. Não só não é possível estabelecer qualquer confluência “temático-formal” entre Ozu e Naruse, a não ser seguindo o registo superficial de um cinema denominado *japonês*, como o próprio Ozu realizou pelo menos um filme claramente influenciado por Naruse: *Nasci, mas ....* (1932), a partir de *Força, laçaio* (1931). Para além disso, e apesar de Ozu, juntamente com Mizoguchi, constituir uma das referências axiomáticas de qualquer história do cinema digna desse título, seria possível demonstrar que pelo menos 68 filmes de Naruse apresentam pistas significativas para um eventual futuro do cinema – juntamente com Adachi, Oshima, Ogawa, Shimizu, Tanaka, Tsuchimoto, Wakamatsu, e por exemplo e/ou acaso em contraste com um “contemporâneo” intermitemente interessante como Hamaguchi.

2. *Hideko, hospedeira de autocarro (Hideko no shasho-san, 1941):* Okoma (Takamine) trabalha como hospedeira de um autocarro ao serviço de uma estação termal numa aldeia, mas, devido à falta progressiva de clientes, rapidamente necessita de encontrar uma forma de solucionar o problema. Assim, decide propor ao dono da companhia de autocarros imitar uma guia turística que, para outra companhia, descrevia habilmen-



te os lugares percorridos pelo veículo. Para tal, Okoma e o condutor do autocarro, Sonoda (Fujiwara), entram em contacto com um jovem escritor, Ikawa (Natsukawa), alojado num albergue. Pedem-lhe para escrever um texto turístico-publicitário e este, sem exigir qualquer remuneração, contribui com um texto imenso e, em modo de ensaio, ensina Okoma a recitá-lo com o tom e os gestos mais adequados para cada um dos locais descritos. Assim, o escritor, perante a personagem Okoma, acaba como que alegoricamente por ocupar uma posição análoga à de Naruse enquanto dirigia Hideko, mas esse plano pragmático implica a questão: por que razão o título do filme inclui, não o nome da personagem, mas o nome da atriz?

Naquele que constitui provavelmente um filme único, o título dá toda a atenção a uma atriz então com 17 anos, Takamine Hideko: suficientemente conhecida para aliciar espectadores a partir do seu nome civil

e, neste filme, já com uma performance exemplar para uma das cinco mais assombrosas atrizes da história do cinema. Ao mesmo tempo, a *imobilidade* plenamente cinematográfica do autocarro dispõe o filme em pistas mais frutíferas do que as que se encontram em *Viagem a Itália* (Rossellini, 1954), *Corrida contra o destino* (Sarafian, 1971) ou *Radio On* (Christopher Petit, 1979).

3. *A atriz e o poeta* (1945): Futaksi (Hirushi) é um cantor-compositor de canções infantis casado com Chieko (chiba), atriz e principal responsável pela manutenção económica da casa em que ambos habitam. Um dia, Chieko pede ao esposo que a ajude a ensaiar o diálogo de um texto teatral no qual a personagem feminina discute com o marido sobre a possibilidade de autorizar um amigo a coabitar com eles enquanto o que a cultura japonesa designa por *isourou* (convidado permanente). Durante o ensaio

doméstico, um amigo do casal (Fujiwara) escuta a discussão e, sem saber que se trata de uma representação, decide intervir quando a tensão físico-verbal entre actores/personagens está prestes a atingir um limite demasiado próximo da indistinção entre as suposições designadas “realidade/representação” (ou seja, permitindo questionar se o casal, de facto, estaria a representar, inconscientemente ou não). De forma concisa, a sequência inclui muito do que há para reflectir sobre uma série de questões actuais: por exemplo quanto ao direito à representação segundo supostas identidades, e em relação às necessárias contextualizações do tópico “violência doméstica”, neste caso entre artistas – e mesmo, noutros casos, segundo a pose do “artista” indiferentemente desconhecido, incompreendido, ignorado, rejeitado... e, como que mecanicamente sujeito a acessos de uma violência reivindicada em termos, digamos, *artísticos*.

Um futuro  
em movimentos  
de cinema.